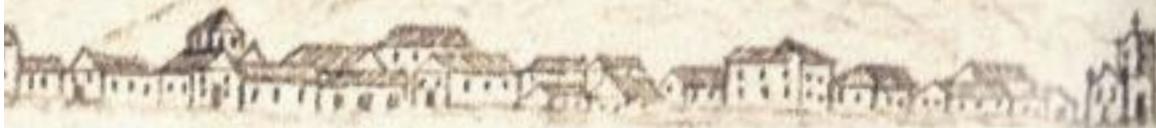


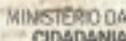
Uma breve história de
PARATY

Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty
Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)



A cidade de Paraty abriga mais mistérios do que deixam transparecer seus sobrados centenários, suas ruas de pedra, sua baía morna e calma ou a muralha verde da Serra do Mar que a circunda. Alguns desses mistérios estão aí para serem vistos por olhos atentos e curiosos, outros ainda se escondem debaixo das pedras úmidas, difíceis de serem desvendados.

Ainda há muito o que se desenterrar sobre a história de Paraty, um lugar em que o esquecimento parece ter uma presença tão marcante quanto a memória. Este livreto oferece uma modesta contribuição neste sentido, formulada a partir do Museu Forte Defensor Perpétuo – um dos mais antigos lugares de memória do município – e buscando uma perspectiva panorâmica, porém atenta a detalhes e problemas sensíveis à nossa historiografia e ao nosso presente.



Uma breve história de **PARATY**

Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty
Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)

Presidente da República
JAIR MESSIAS BOLSONARO

Ministro da Cidadania
OSMAR TERRA

Secretário Especial da Cultura
RICARDO BRAGA

Presidente do Ibram
PAULO CÉSAR BRASIL DO AMARAL

Diretor do Museu de Arte Sacra de Paraty
e do Museu Forte Defensor Perpétuo
JULIO CEZAR NETO DANTAS

Administrador do Museu Forte
Defensor Perpétuo
LEONARDO MORAIS DA SILVA

UMA BREVE HISTÓRIA DE PARATY

Pesquisa e textos históricos
PEDRO CAMPOS FRANKE

Pesquisa e texto sobre comunidades tradicionais
JOÃO AUGUSTO DE ANDRADE NETO

Revisão e tradução de textos
JOÃO AUGUSTO DE ANDRADE NETO
MARIA CORINA ROCHA
PEDRO CAMPOS FRANKE

Diagramação
HENRIQUE MILEN VIZEU CARVALHO

Pesquisa iconográfica
HENRIQUE MILEN VIZEU CARVALHO
JOÃO AUGUSTO DE ANDRADE NETO
JULIO CEZAR NETO DANTAS
PEDRO CAMPOS FRANKE

IMPRESSO EM 2019.

1. Introdução

Este volume é uma adaptação da narrativa desenvolvida para a exposição “Breve história de Paraty” (2018), do Museu Forte Defensor Perpétuo (Ibram). O original, escrito pelo corpo técnico do museu,¹ foi levemente modificado para que ora se apresente como esta publicação destinada à distribuição entre visitantes em geral e sobretudo estudantes das escolas públicas locais, colaborando assim com a missão institucional do Forte Defensor Perpétuo de divulgação da história e da cultura da cidade.

As contribuições mais recentes à pesquisa sobre a história de Paraty são devidas em grande parte a novos polos universitários instalados em cidades vizinhas; à mobilização e ao debate em torno das comunidades tradicionais, dos movimentos sociais e das comunidades escolares; e ao esforço de pesquisadores isolados, com ou sem vínculo acadêmico, mas interessados em propor novos rumos de investigação.²

Nossa história local está longe de caber numa nota de rodapé sobre a história do Brasil. O papel de Paraty como entreposto comercial – sobretudo de africanos escravizados –, como lugar de passagem para o interior das minas ou das vilas do Vale do Paraíba, como esconderijo, como conjunto arquitetônico e paisagístico ou como espaço de inúmeros sincretismos culturais

1 Todos os textos foram redigidos em 2018 e 2019 pelo Técnico em Assuntos Culturais (História) Pedro Campos Franke, exceto “As comunidades tradicionais de Paraty”, escrito por João Augusto Andrade Neto, Técnico em Assuntos Culturais (Antropologia), ambos do Museu Forte Defensor Perpétuo (Ibram).

2 Ver, por exemplo, COTRIM, Cassio R. M. *Villa de Paraty*. São Paulo: Editora Capivara, 2012; RIBAS, Marcos Caetano. *A História do Caminho do Ouro em Paraty*. Rio de Janeiro: Contest, 2003; MAIA, Thereza e MAIA, Tom. *Paraty - Religião & Folclore, Ontem & Hoje*. Aparecida: Editora O Lince, 2015; SOUZA, Marina de Mello e. *Paraty – a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre azul, 2008; dentre muitas outras obras.

tem muito a contribuir com novos modelos explicativos sobre a formação da sociedade brasileira.

A história é um campo interessante e controverso justamente porque se transforma a todo instante. A cada novo olhar por parte de pesquisadores e estudantes, novas interpretações de fatos ocorridos no passado conflitam com antigos conceitos cristalizados, provocando debates e reformulações relacionados à maneira como se vê o passado, e também como se vive o presente.

A narrativa que ora se apresenta, longe da pretensão de ser definitiva ou totalizante, busca uma perspectiva da história de Paraty pautada pelos registros documentais e arqueológicos atualmente disponíveis, pelas discussões bibliográficas e pela incontornável importância do papel das trabalhadoras e trabalhadores que erigiram nosso patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, com sua sabedoria, com o suor e o sangue de seu trabalho, com a alegria e a música de suas festas e com a bravura de sua resistência. A estes devemos a construção e a preservação de um conjunto arquitetônico, étnico, ambiental e cultural único na história do Brasil e do mundo, daquilo que antigos filósofos chamariam de um *microcosmo*,³ encravado entre a serra e o mar.

2. Pré-história de Paraty

Embora nosso conhecimento dos povos que habitavam Paraty antes e durante a chegada dos portugueses seja bastante limitado, algumas conclusões e hipóteses interessantes podem ser elencadas.

³ Microcosmo significa literalmente “mundo pequeno”. Em filosofia, costuma designar uma miniatura que representaria organicamente algo maior em que ela estaria inserida. Neste caso, Paraty poderia ser referida como um microcosmo do Brasil, em linguagem poética.

Os habitantes mais antigos da região de Paraty nos deixaram como registro de sua ocupação um conjunto amplo de *sambaquis* – depósitos fossilizados de matéria orgânica e calcária como conchas, ossos e dentes animais, acumulados pela ação de povos pré-históricos ao longo de toda a costa brasileira, e datados entre 8 mil e 2 mil anos antes do presente. Esse conjunto de sambaquis inclui aqueles encontrados ao lado da Praia do Forte e da Toca do Cassununga, próximo à Praia do Jabaquara.

Segundo relatos históricos da época da chegada dos portugueses, a região era habitada, além dos Tupinambá, por indígenas chamados Guaianá ou Goianá ou Wyanasses – as grafias são as mais variadas em diferentes narrativas. Esses indígenas foram descritos de muitas formas por autores viajantes tão diversos quanto Padre Anchieta, Gabriel Soares de Souza e Hans Staden, apresentando caracterizações por vezes contraditórias. Anthony Knivet, viajante inglês, os descreve como de baixa estatura e muito barrigudos. Muito afeitos ao tabaco e ao urucum, usariam seus cabelos raspados no alto da cabeça e longos nos lados, e dormiriam em redes feitas de cascas de árvores ou de fios de algodão.⁴ Teriam sido os primeiros andarilhos que subiam a Serra do Mar até a região do Vale do Paraíba, a que se deve a denominação “Trilha dos Guaianá” ao trajeto que ficou posteriormente conhecido como “Caminho do Ouro”.

Há muita controvérsia em torno da categorização e do tronco linguístico desses indígenas, e parece certo que Guaianá não seria um nome de nação, e sim uma palavra tupi que poderia designar “gente aparentada”. Seu idioma provavelmente pertencia ao grupo macro-Jê, assim como os Puri, seus prováveis remanescentes. Ao menos dois documentos

4 KNIVET, Anthony. The admirable adventures and strange fortunes of Master Anthony Knivet, which went with Master Thomas Candish in his second voyage to the south sea. 1591. In: PURCHAS, Samuel (editor), Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes. Glasgow: James McLehose and Sons, 1906.



históricos do século XVII referentes aos habitantes de Paraty os designam como Goramenis ou Goiamimins, e outros como Maromimis ou Miramomis, o que poderia significar “gente miúda”. Segundo pesquisas recentes, estas designações os aproximariam dos indígenas Miramomi do Vale do Paraíba, também conhecidos como Guarulhos, e os distinguiria dos Guaianá do sul de São Paulo, ancestrais dos atuais Caingang.⁵ Foram aliados dos portugueses contra os franceses e seus maiores inimigos,

⁵ PREZIA, Benedito A. G. Os Guaianá de São Paulo: uma contribuição ao debate. In: Os indígenas do planalto paulista (tese de doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1998.

os Tupinambá, durante a Confederação dos Tamoios. Registros históricos apontam que os Maromomi/Guaianá da região de Paraty foram escravizados pelos portugueses, e que auxiliaram na construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis, por volta do ano de 1636.⁶ Um dos documentos mais importantes da fundação de Paraty, datado também de 1636, a doação de uma sesmaria à D. Maria Jacome de Melo para que a vila fosse construída, menciona uma “aldeia de cima dos Goaromenis”, e ordena que estes indígenas não sejam tirados de lá.⁷ Esta determinação parece apontar para a prática conhecida como “aldeamento” – em que “celeiros” de mão-de-obra indígena eram mantidos ao alcance de empreendedores coloniais, muitas vezes por meio da ação de missionários católicos, especialmente jesuítas. A escravidão indígena no Brasil foi de fato intensificada neste período, devido às invasões holandesas que tiraram dos portugueses feitorias importantes como as de Luanda, em Angola, e dificultaram temporariamente o fornecimento de africanos escravizados para as lavouras e engenhos da América Portuguesa.⁸

Em artigo de 1977, o arqueólogo Alfredo Mendonça de Souza atribui aos ancestrais dos Guaianá a maioria dos sambaquis e abrigos sob rocha da região, localizando técnicas rústicas de cerâmica entre eles.⁹

Não há registros históricos conhecidos sobre a presença destes indígenas em Paraty desde o século XVII. Sua língua e

6 IHGB. Vários documentos sobre Angra dos Reis, Ilha Grande e outros lugares da capitania do Rio de Janeiro. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 271, abril/junho de 1966.

7 RAMECK, Maria José S. e MELLO, Diuner (orgs). Roteiro documental do Acervo Público de Paraty, vol 2. Paraty: Câmara Municipal de Paraty, IPHAN, 2003/2014.

8 FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Márcia Fernanda. Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010. pp. 27-30.

9 SOUSA, Alfredo Mendonça de. Pré-história de Parati. Nheengatu, ano 1, n. 2. Março/abril 1977.



sua cultura foram extintas ao longo dos séculos XVII e XVIII em todo o Brasil, mas há fortes indícios de que os Maromomi foram ancestrais dos atuais caiçaras que habitam nossa região costeira.¹⁰

3. A formação da Vila de Paraty

Não sabemos ao certo quando e como a região de Paraty foi ocupada pela primeira vez pelos europeus, mas provavelmente isso se deu no início do século XVII, na medida em que

¹⁰ A confecção de redes para dormir, cestos e cordas, a sedentarização de alguns grupos, o cultivo do tabaco e do milho, a construção de casas simples cobertas de folhas de palmeiras e uma forte capacidade de adaptação, de negociação e mesmo miscigenação com portugueses e franceses parecem respaldar alguns costumes em comum.

as populações de São Vicente e da Ilha Grande começaram a se espalhar pela costa do sudeste brasileiro e passaram a proliferar as lavouras de cana-de-açúcar na região.

A primeira referência histórica à localidade se deve ao relato do viajante inglês Anthony Knivet que, em 1597, como prisioneiro do governador do Rio de Janeiro, integrou uma expedição desbravadora liderada por Martim Correa de Sá. O viajante narra a chegada a “um porto chamado Paratee”, onde a comitiva de Sá é guiada pelos seus aliados Guaianá pelo caminho que transpunha a Serra do Mar e alcançava as terras altas do Vale do Paraíba.¹¹

Sabe-se que a primeira povoação de portugueses foi fundada no alto do Morro da Vila Velha, onde séculos depois foi construído o Forte Defensor Perpétuo. Havia provavelmente algumas casas rústicas e uma capela dedicada a São Roque.¹²

Em 1636, Dona Maria Jácome de Melo doa parte da sesmaria que havia recebido anos antes da donatária da Capitania de São Vicente, a Condessa de Vimieiro, para a construção de uma vila entre os rios Paratii-guaçu e Paratiitiba (atualmente Perequê-Açu e Mateus Nunes), com a condição de que se construísse uma capela dedicada a Nossa Senhora dos Remédios, e que não se molestassem os indígenas Goaromenis que ali habitavam – como referimos no tópico anterior.¹³

Poucos anos após a construção da nova igreja, a cidade se encontrava “sem câmara, nem justiça: um valhacouto de malfeitores”, segundo o ouvidor geral João Velho d’Azevedo.¹⁴

11 KNIVET, Op. Cit.

12 ARAUJO, J.S.A. Pizarro e (e outros). Tricentenário de Parati: notícias históricas. Rio de Janeiro: Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1960. pp. 16 e 17.

13 RAMECK e MELLO, Op. Cit.

14 SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. Dictionario geographico historico e descriptivo, do Império do Brasil. Tomo segundo. Paris: J.P. Aillaud, 1845. pp. 242.



Em 1660, apoiada pelo capitão-mór Domingos Gonçalves de Abreu, a população revoltada institui o pelourinho – símbolo de autonomia municipal - e declara-se independente da vila de Angra dos Reis e Ilha Grande. Apesar da resistência da câmara daquele município, a iniciativa de independência é apoiada pelo governador da província do Rio de Janeiro, o poderoso Salvador Correia de Sá e Benevides.¹⁵

Em data controversa, mas ainda na década de 1660, nasce oficialmente a vila de Paraty.¹⁶

¹⁵ Ver documentação comentada em RIBAS, Op. Cit. e carta da Câmara de Angra dos Reis em IHGB. Vários documentos sobre Angra dos Reis, Ilha Grande e outros lugares da capitania do Rio de Janeiro. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 271, abril/junho de 1966.

¹⁶ O aniversário da cidade é oficialmente comemorado no dia 28 de fevereiro,

4. Caminhos e descaminhos

Ainda em 1660, o mesmo Salvador Correia de Sá e Benevides ordena a abertura de um caminho sobre as picadas da antiga trilha indígena, que ligaria Paraty ao Vale do Paraíba através da Serra do Mar.¹⁷ Não se sabe ainda ao certo o que o motivou. O espectro da descoberta de metais preciosos no interior já rondava os desbravadores portugueses há tempos, e por outro lado o comércio de africanos escravizados começava a se intensificar, tendo Paraty como um notável entreposto.

A abertura da estrada, que viria a ser conhecida como Caminho do Ouro, fez florescer o comércio no porto de Paraty, e a vila passou a ser frequentada por mercadores das cidades altas da serra como Taubaté, Guaratinguetá e Jacareí, que buscavam víveres como o sal, o azeite e o vinho trazidos por navios ao porto, bem como a aguardente produzida localmente.¹⁸

Pouco após a descoberta do ouro na região de Cataguases, em fins do século XVII, institui-se o caminho de Paraty como a passagem oficial dos garimpeiros e tropeiros. Uma Casa dos Quintos e uma nova fortificação na estrada da serra foram construídas em 1703, tornando Paraty um porto incontornável para o escoamento oficial dos metais preciosos, que seguiam por mar

com base em uma suposta carta régia de D. Afonso VI datada deste dia no ano de 1667. Cassio COTRIM (Op. Cit.) questiona tal atribuição, tendo reproduzido carta régia da mesma data que na verdade não diz respeito à fundação da vila. Outras informações contidas em ARAÚJO, op. cit., apontam as datas de 2 de outubro e 28 de outubro de 1667 como referências à dita carta régia.

17 IHGB. Vários documentos sobre Angra dos Reis, Ilha Grande e outros lugares da capitania do Rio de Janeiro. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 271, abril/junho de 1966. p. 348.

18 Ver verbete sobre Paraty em SANTA MARIA, Agostinho de. Santuario mariano, e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos pregadores, & dos devotos da mesma Senhora. Lisboa, 1707. Rio de Janeiro: INEPAC, 2007.



até o Rio de Janeiro.¹⁹

A partir de 1710, passa a ser utilizado o chamado Caminho Novo, que ligava por terra o Rio de Janeiro à região das minas através da Serra dos Órgãos. O transporte de ouro pelo porto de Paraty, agora designado Caminho Velho, é então proibido pela coroa, mas o trajeto continua movimentado ao longo das décadas seguintes. Pedidos para que se continuasse utilizando o Caminho Velho diante da aridez e dos perigos do Caminho Novo foram eventualmente atendidos pela coroa, além de proliferarem os descaminhos e atalhos para os muitos contrabandistas

19 RIBAS, op. cit., pp. 31 e 32.

poucos dispostos a pagar o quinto sobre suas cargas.²⁰

Na década de 1720, Paraty atinge o mais alto nível de crescimento desde sua fundação. As Igrejas de Santa Rita de Cássia, do Rosário e da Nossa Senhora da Conceição do Paraty-Mirim são inauguradas, assim como novas casas de pedra e alvenaria. Alguns estudos atuais têm discutido a relevância do contrabando de escravos para esta primeira fase de florescimento. A cachaça, amplamente utilizada como moeda de troca na compra de escravos ao longo da costa brasileira, passa a ter em Paraty uma produtividade sem precedentes, acompanhada posteriormente por grande prestígio.²¹

Mulheres e homens africanos e seus descendentes foram a grande força de trabalho por trás da produção agrícola e do crescimento urbano da vila durante os séculos XVIII e XIX, além de sua presença ativa na formação de nosso complexo socio-cultural. Alguns testemunhos históricos da presença afro-brasileira em Paraty estão na formação das comunidades quilombolas do Campinho da Independência e do Cabral, na construção das igrejas do Rosário e de Santa Rita, no toque dos tambores do jongo, na devoção e nos festejos a São Benedito, nas técnicas em metal, madeira e couro dos objetos remanescentes e em muitos outros elementos que forjaram múltiplas manifestações da cultura local.²²

20 Idem, *Ibidem*, p. 36.

21 Ver ARAÚJO, Op. Cit., p. 30.

22 É importante que todos reconheçamos a invisibilidade do papel principal desempenhado pelos setores populares e subalternizados da sociedade paratiense, assim como da brasileira. Em suas Memórias Históricas, Pizarro e ARAÚJO chega a se admirar com a manifesta desigualdade do tecido social de Paraty: “Na mão de bem poucos fica toda a riqueza; porque encadeados de tal forma os demais habitantes com os principais do negócio [ou seja, com o trabalho], em suas mãos depositam os frutos de suas lavouras, sem vantagem considerável, e sempre com forçosa dependência” (p. 31, grifos meus).



5. Paraty nos tempos do Império

Ao longo do século XVIII, relatos de viagens de nobres e governantes testemunham o uso contínuo do caminho da serra que passa por Paraty, ainda que haja problemas estruturais em alguns trechos.²³ Entretanto, o chamado Caminho Novo passa a ser o escoadouro oficial das minas, e sem o fluxo constante de mineiros, a vila passa por dificuldades econômicas em fins do século XVIII.

O porto de Paraty volta a assumir grande importância como entreposto quando começa a prosperar a produção de café

²³ NETO, Luís Camilo de Oliveira. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Apud. ARAÚJO, op. cit., pp. 6 e 7.

para exportação no Vale do Paraíba. Assim, durante o século XIX, houve mais um período de notável crescimento urbano. A capela de Nossa Senhora das Dores foi finalizada, a nova Igreja da Matriz teve suas obras continuadas até a inauguração em 1860 e a Santa Casa de Misericórdia foi construída às margens do Perequê-Açu. Também outras esferas tiveram seu período de progresso: havia mais de uma escola de primeiras letras e uma cadeira de gramática latina que contava com 27 alunos em 1832. Um serviço de correio entre Rio de Janeiro, Ilha Grande e Paraty foi estabelecido pelo governo imperial em 1823. A vila é alçada ao título de Condado em 1813, e Dom Miguel Antonio de Noronha Abranches Castelo Branco se torna o primeiro Conde de Paraty.

Em 1822, Paraty comemora a Independência do Brasil com um entusiasmado relato dos festejos que se seguiram à emancipação na vila, encaminhado ao Império para publicação.²⁴ No mesmo ano foi construído sobre o Morro da Vila Velha o Forte Defensor Perpétuo, que se torna o principal prédio militar da vila. Outras fortificações, como as da Ilha da Bexiga, do Mantimento, do Iticopê e da estrada da serra, são munidas de equipamentos e pessoal.

Com as restrições ao comércio de escravos iniciadas na década de 1830 e consumadas em 1850, intensifica-se o contrabando de africanos pelo porto de Paraty.²⁵ Denúncias de fazendeiros sobre roubos e ataques por parte de quilombolas atestam a resistência dos escravos à opressão senhorial na região. Há uma grande intensificação do transporte de café pela cidade

24 O relato foi transcrito e editado integralmente como apêndice em ARAÚJO, Op. Cit., pp. 57-63.

25 Em 1831 é promulgada a chamada Lei Feijó, que teoricamente proibia o tráfico de escravos, por pressão da Inglaterra. Na prática, acabou conhecida como uma lei “para inglês ver”, e o contrabando fluía intensamente. A Lei Eusébio de Queirós, de 1850, passou a realmente limitar e coibir o tráfico negreiro como pirataria. Ver RIBAS, Op. Cit, p. 46 e 47.

entre 1830 e 1850, e uma preocupação constante com o estado da estrada da serra, que ganha uma grande reforma em 1840.²⁶

Em 1863, o próprio Imperador D. Pedro II passa pela cidade e registra suas impressões em diário. Porém, em 1864, a inauguração da Ferrovia Pedro II, ligando Rio de Janeiro e São Paulo através do Vale do Paraíba isolou Paraty da rota comercial do café. Os quartéis e baterias sofrem da falta de pessoal e de equipamentos. A cidade cai em franca decadência econômica e em longo e relativo isolamento, com forte êxodo da população mais jovem e conseqüente diminuição populacional.

Este quadro começa a se transformar apenas na década de 1950, com a construção da estrada Paraty-Cunha. Em 1958, o Centro Histórico de Paraty é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e em 1966 o tombamento abrange todo o município. A chegada da estrada Rio-Santos em 1973 abre permanentemente os potenciais turístico-culturais da cidade, que a partir de então se constitui num dos maiores destinos turísticos do Brasil e do mundo.

6. O Forte Defensor Perpétuo

A data de fundação do Forte Defensor Perpétuo, ou mesmo de uma fortificação que a tivesse precedido no local de sua construção, é uma questão controversa sobre a qual ainda pairam dúvidas. Por um lado, antigos textos institucionais e conclusões de pesquisadores do século XIX atribuem a uma Carta Régia de 1703 a ordem para que se construísse uma fortificação no Morro da Vila Velha²⁷. Tal carta se encontra na sessão de manuscritos

26 RIBAS, Op. Cit., p. 47.

27 Há indícios de que havia um forte ao norte do Rio Perequê-Açu em J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe: Dicionário Geográfico Histórico e Descritivo do Império



da Biblioteca Nacional. Seu conteúdo parece referir uma fortificação a ser erguida no portão de entrada da cidade, que pudesse controlar a entrada e saída de garimpeiros e tropeiros que

do Brasil, Paris, 1863, 2º vol. pag. 242: "(...) em 1703 construirão-se dous fortes, um ao norte perto do ribeiro Perequê-Guaçu, e outro ao sul nas vizinhanças do Patitiba"; na obra de LIMA, Honório. Notícia histórica e geográfica de Angra dos Reis e províncias anexas, 1889; e em artigo no jornal O Paratyense (1891, p.2): "No auto da Collina em que foi instalada a antiga Villa com a invocação de S. Roque [...] foi mandado construir um pequeno Forte com o título - Defesa, que só ficou concluído em 1706".



seguissem às minas ou que delas chegassem, evitando assim os descaminhos de ouro e pedras preciosas, e não uma construção defensiva em elevação à beira-mar como o local da Vila Velha.²⁸

Historiadores mais recentes como Adler Homero Fonseca de Castro, acompanhados também de outros autores mais antigos²⁹, defendem a tese de que o Forte Defensor Perpétuo foi construído apenas em 1822, projetado para encabeçar o complexo defensivo de Paraty sobre pelo menos outras seis posições estratégicas. A designação prestava homenagem a D. Pedro I, agraciado com o título de Defensor Perpétuo do Brasil. Apesar da nomenclatura oficial, a construção não se configura tecnicamente como um forte, e sim como uma bateria – posição

28 Na carta, o Governador do Rio de Janeiro, D. Álvaro da Silveira afirma “ser conveniente que na Vila de Paraty se faça uma trincheira de estacada com um reduto para a defesa do portão e se impedir, a quem for, para as ditas Minas sem licença e fazer registrar as fazendas que levar e o ouro que trouxer para assim se não desencaminhar cousa alguma”. Consulta do Conselho Ultramarino sobre se fazer uma trincheira na Vila de Paraty para impedir as passagens às Minas sem licença, 1703. Manuscrito Biblioteca Nacional.

29 Ver CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2009. pp. 373-375 e SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações do Brasil, In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 113.

de canhões aberta na sua gola.

O chamado Morro da Vila Velha foi o local escolhido para o estabelecimento da fortificação. Como o nome sugere, a elevação abrigou o primeiro núcleo de povoamento da região de Paraty, ainda no início do século XVII. Seu fundador, João Pimenta de Carvalho, atribuiu a São Roque o patronato da povoação, construindo uma capela em sua homenagem. Após 1636, o povoado foi transferido para a planície entre os rios Perequê-Açú e Matheus Nunes, e uma nova igreja foi edificada tomando por padroeira Nossa Senhora dos Remédios.

O contexto do estabelecimento do Forte Defensor Perpétuo em 1822 remonta ao reforço da defesa da região em meio às tensões que culminaram com a Independência do Brasil. Após o Sete de Setembro, a ameaça de um contra-ataque português por parte das tropas leais à coroa lusitana – que ainda dominavam praças importantes, como Salvador – levou o novo governo independente a projetar um amplo incremento defensivo ao longo da costa brasileira, especialmente na província do Rio de Janeiro.

Mesmo após o reconhecimento da Independência, a fortificação continuou a ser guarnecida devido à Guerra da Cisplatina contra as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) que durou de 1825 até 1828. A partir deste ponto houve um corte de gastos com o complexo defensivo brasileiro. O Forte Defensor Perpétuo alternou momentos de abandono com eventuais rompantes de preocupação em abastecer a posição de soldados e munições – como ocorreu no caso da crise diplomática com a Inglaterra em 1850.

Não são conhecidos registros históricos da ocorrência de conflitos marítimos ou tentativas de invasão por parte de piratas ou corsários, ainda que narrativas sobre naufrágios, piratas e aparições sempre tenham feito parte do imaginário de Paraty.

Em 1856, a fortificação foi desarmada pelo Ministério da Guerra e transferida para o governo provincial.

Segundo relatos de visitantes, um regimento de pracinhas foi enviado para guarnecer o Forte durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 1957, o Forte Defensor Perpétuo foi tombado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN), e restaurado pela mesma instituição na década seguinte. Em 1989, o edifício passou a abrigar o Centro de Artes e Tradições Populares, que abriu ao público exposições sobre a cultura caiçara e suas tradições.

O museu passou à responsabilidade do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) desde a criação da autarquia em 2009.

7. As comunidades tradicionais de Paraty

Nos anos 1970, com a construção da Rodovia Federal BR-101 (Rio-Santos), uma nova etapa no desenvolvimento de Paraty se inaugura, uma vez que a comunicação antes feita exclusivamente via mar ou por caminhos na mata se acelerou com a chegada do asfalto e do turismo em escala crescente.³⁰ Os caiçaras – termo que aqui designa antigos habitantes da área do litoral dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná e seus descendentes³¹ – passaram a ser alvo crescente de conflitos envolvendo a posse das terras por eles tradicionalmente

30 CAVALIERI, Lúcia. A comunidade caiçara no processo da reclassificação da reserva ecológica da Juatinga. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

31 DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna. "Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras". In: Trabalhos e estudos. São Paulo: USP/NUPAUB, 1988 e DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna (Org.). Enciclopédia Caiçara: falares caiçaras – volume 2. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC/USP, 2005.

ocupadas. Durante os anos 70 e 80 agricultores e pescadores organizados através do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty resistiram às tentativas de expropriação realizadas por donos de grandes fazendas e por corporações.³² Processos semelhantes ocorreram nos municípios vizinhos de Ubatuba e Angra dos Reis, os quais compõem junto com Paraty uma das maiores áreas de Mata Atlântica preservada do Brasil. Ainda hoje conflitos territoriais estão presentes na região.

A proteção ambiental e a proteção do patrimônio histórico e cultural são asseguradas pela legislação federal, estadual e municipal e pelos órgãos oficiais em Paraty e atuam como importantes freios aos processos de desenvolvimento de caráter predatório, carentes de planejamento urbano e regional social e ambientalmente responsável.

Atores da sociedade civil também possuem um papel fundamental nesse sentido. Como fruto do processo de resistência das comunidades caiçaras, das comunidades afrodescendentes quilombolas, das aldeias das etnias indígenas e das comunidades de pescadores e de agricultores tradicionais, a região apresenta ainda hoje um rico mosaico sociocultural, no qual a diversidade de culturas está intrinsecamente relacionada à preservação do patrimônio ambiental.

Os grupos populares que historicamente ocupam a zona rural e a região costeira de Paraty lutam para assegurar a defesa dos recursos naturais dos quais dependem para sobreviver. Esses recursos envolvem a água pura, a terra para o plantio e moradia, as matas com seus remédios, frutos e matérias-primas para construção e para produção de objetos artesanais, o peixe e os frutos do mar, os sítios preservados que representam marcos de sua história e identidade – recentemente incorpo-

32 SAUER, Sérgio et al (Orgs.). Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. Brasília: Dex-Unb, 2015.



rados à atividade do turismo de base comunitária – e tantas outras riquezas indispensáveis ao seu modo de vida. Noutras paragens esses mesmos elementos restaram degradados por força de processos desenfreados de mercantilização da terra, de urbanização e de modernização. Essas dinâmicas, que aqui se esboçam desde a chegada da BR-101, ameaçam a construção de uma identidade associada ao pertencimento comunitário, deslocando práticas, discursos e significados culturais outrora compartilhados e gerando processos de desterritorialização e invisibilização social dos grupos e das famílias e indivíduos que os compõem.

O poder público e a sociedade cada vez mais se inclinam ao reconhecimento de grupos e territórios tradicionais em todo o país, como é o caso em Paraty das mais de 32 comuni-

dades caiçaras, das cinco aldeias indígenas envolvendo as etnias Guarani Mbya (aldeias Itaxim, Araponga e Arandu-Mirim), Guarani Kaiowá (aldeia Rio Pequeno) e Pataxó (aldeia Iriri) e das comunidades quilombolas do Cabral e do Campinho.³³ Sua existência e resistência demonstra que os saberes tradicionais e a preservação do território como espaço de vida ambientalmente sustentável e socialmente justo se apresentam como possível utopia e horizonte para a superação da atual crise civilizatória.

33 OBSERVATÓRIO de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. *Mapa de comunidades tradicionais de Paraty*. Paraty: FIOCRUZ/Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba/FUNASA, 2018.

1. Introduction

This booklet contains an adaptation of the narrative developed for the exhibition “Brief History of Paraty”, currently on at the Forte Defensor Perpétuo Museum (Ibram). The original text, written by the museum’s staff, has been slightly modified to present itself as this publication intended for distribution to visitors and specially to students from local public schools, thus collaborating with the institutional mission of the museum, which is to spread the history and the culture of our town.

The most recent contributions to research on Paraty’s history are due in large part to new university centers in neighboring cities; the mobilization and debate around traditional communities, social movements and school communities; and the efforts of isolated researchers, with or without academic ties, but interested in proposing new directions of investigation.

Our local history is far from fitting in a footnote about the history of Brazil. Paraty’s role as a trading post - especially for enslaved Africans - as a place of passage into the mines or villages of the Paraíba Valley, as a hiding place, as an architectural and landscape ensemble or as a space for countless cultural syncretisms has much to contribute to new interpretations on the formation of Brazilian society.

History is an interesting and controversial field precisely because it changes all the time. With every new look from researchers and students, new interpretations of past events conflict with old crystallized concepts, provoking debates and reformulations related to the way the past is viewed, as well as the present.

This narrative avoids the pretension of being definitive or universal, and seeks a perspective of the history of Paraty based on documental and archaeological records, on bibliographic discussions and on the inevitable importance of the role played by workers that edified our cultural heritage with their wisdom, with the sweat and blood of their work, with the joy and the music of their festivities and with the courage of their resistance. To them we owe the construction and the preservation of an architectural, ethnic and cultural ensemble that is unique in Brazilian and general history, and which ancient philosophers would call a microcosm, carved between the mountain range and the sea.

2. Prehistoric Paraty

Although our knowledge of the peoples who inhabited Paraty before and during the arrival of the Portuguese is quite limited, some interesting conclusions and hypotheses can be drawn.

The earliest inhabitants of the Paraty region left us as a record of their occupation a large set of sambaquis or shell-mounds – fossilized deposits of organic matter and limestone like shells, bones and animal teeth, accumulated by the action of prehistoric peoples along the Brazilian coast, and dated between 8 thousand and 2 thousand years before the present. This set of sambaquis includes those found next to Forte Beach and the Toca do Cassununga, next to Jabaquara Beach.

According to historical accounts of the time the Portuguese arrived, the region was inhabited by the Guaianás or Goianás or Wyanasses – the spellings are the most varied in different narratives. These natives have been described in many ways by traveling authors as diverse as Father Anchieta, Gabriel Soares de Souza and Hans Staden, who often present contradictory characterizations. 16th century English traveler Anthony Knivet describes them as short and very potbellied. Very fond of tobacco and urucum. They would use their hair shaven on the top of the head and long at the sides, and they would sleep in nets made of barks of trees. They would have been the first wanderers who climbed the Serra do Mar to the region of the Paraíba Valley, through a route known as the Guaianá Trail, roughly on the path that was later called Caminho do Ouro.

There is much controversy surrounding the categorization and linguistic trunk of these natives, and it seems certain that Guaianá would not be a nation name, but a Tupi word meaning “related people”. Their language probably belonged to the Macro-Jê group as their probable remnants Puri and Coroado. At least two historical documents of the seventeenth century referring to the inhabitants of Paraty designate them as Goaromimins or Goiamimins, and others as Maromimis or Miramomis, which could mean “small people.” According to recent research, these designations would bring them closer to indigenous inhabitants of the Paraíba Valley, also known as Guarulhos, and would distinguish them from the Guaianás from the south of São Paulo, the ancestors of the present Caingang. They were allied with the Portuguese against the French and their greatest enemies, the Tupinambas. Historical records indicate that the Goiamimins were enslaved by the Portuguese, and that they helped in the construction of the Mother Church of Nossa Senhora da Conceição of Angra dos Reis, around the year 1636.

In an 1977 article, the archaeologist Alfredo Mendonça de Souza attributes to the ancestors of the Guaianás most of the sambaquis and shelters under rock of the region and identifies rustic techniques of pottery between them.

There are no known historical records of the presence of these natives in Paraty since the 17th century.

3. The foundation of the Village of Paraty

We do not know for sure when and how the Paraty region was first occupied by the Europeans, but probably this happened in the early 17th century as the populations of São Vicente and Ilha Grande began to spread along the coast of southeastern Brazil and sugar cane plantations proliferated in the region.

The first historical reference to the locality is due to the account of the English traveler Anthony Knivet, who in 1597, as prisoner of the governor of Rio de Janeiro, integrated a pioneering expedition led by Martim Correa de Sá. The traveler narrates the arrival at “a port called Paratee”, where the delegation of Sá is guided by its Guaianá allies along the road that transpired the Serra do Mar and reached the highlands of the Paraíba Valley.

It is known that the first Portuguese settlement was founded on the top of Morro da Vila Velha, where centuries later the Forte Defensor Perpétuo was built. There were probably a few rustic houses and a chapel dedicated to Saint Rocco.

In 1636 Dona Maria Jácome de Melo donated part of the land she had received years before from the Countess of Vimieiro for the construction of a village between the rivers Paratii-guaçu and Paratiitiba (now Perequê-Açu and Mateus Nunes) with the condition that a chapel dedicated to Our Lady of Remedies was built and that the natives who lived there should not be disturbed.

A few years after the construction of the new church, the city was “without chamber nor justice: a shelter of evildoers,” according to the general ombudsman João Velho d’Azevedo. In 1660, on the initiative of Captain Domingos Gonçalves de Abreu, the revolted population raises the pelourinho – symbol of municipal autonomy – and declares itself independent of the town of Angra dos Reis and Ilha Grande. Despite the resistance of the village council, the independence initiative is supported by the governor of the province of Rio de Janeiro, the powerful Salvador Correia de Sá e Benevides.

At a controversial date, but still in the 1660s, the village of Paraty was officially born.

4. Courses and Off Courses

Still in 1660, the same Salvador Correia de Sá e Benevides orders the opening of a path on the bites of the old indigenous trail, which would link Paraty to the Paraíba Valley through the Serra do Mar. It is not yet known what motivated him at first. The specter of the discovery of gold in the interior had long been roaming the Portuguese pioneers, and on the other hand the African slave trade was beginning to intensify, with Paraty as a remarkable warehouse.

The opening of the road, since then referred to as Caminho do Ouro, made commerce flourish in the port of Paraty, and the village was frequented by merchants from the high mountain towns of Taubaté, Guaratinguetá and Jacareí, who came looking for commodities like salt, oil and wine brought by ships to Paraty port, as well as locally produced cachaça.

Shortly after the discovery of gold in the region of Minas Gerais at the end of the 17th century the path of Paraty is established as the official passage for muleteers and gold diggers. A tax house and a new fortification were constructed in 1703 on the mountain range route, making Paraty an unavoidable port for the official flow of precious metals, that followed by sea until Rio de Janeiro.

From 1710 onwards, a so-called New Path was open, which linked Rio de Janeiro by land to the region of the mines directly through Serra dos Órgãos. The transportation of gold through the port of Paraty, now called Old Path, is then banned by the crown, but the route continues to be used throughout the following decades. Requests for continued use of the Old Path in the face of the aridity and dangers of the New Path were eventually attended by the Portuguese crown, in addition to the proliferating of misplacements and shortcuts for many smugglers not willing to pay taxes on their charges.

In the 1720s Paraty reached the highest level of growth since its foundation. The churches of Santa Rita de Cássia, Rosário and Nossa Senhora da Conceição do Paraty-Mirim are dedicated, as are new stone and masonry houses. Some current studies have discussed the relevance of African slaves smuggling to this first phase of flowering. Cachaça, widely used as a bargaining good in the purchase of slaves along the Brazilian coast, has an unprecedented productivity in Paraty, followed later by great prestige.

African women and men and their descendants were the main work force behind the agricultural production and urban growth of the village during the 18th and 19th centuries. Among many other historical testimonies

of that importance are the devotion to Saint Benedict, the construction of the church of the Rosário, the metal, wood and leather crafts on remnant objects and the formation of the quilombola communities Campinho da Independência and Cabral.

5. Paraty in the Brazilian Empire period

Throughout the 18th century, travelers' accounts testify to the continuous use of Caminho do Ouro, although there are structural problems in some parts. However, the New Path becomes the official mine outlet, and without the constant flow of miners, the village experiences economic difficulties at the end of that century.

The port of Paraty returns to assume great importance as a warehouse when the production of coffee for export in the Paraíba Valley begins to flourish. Thus, during the 19th century, there was another period of remarkable urban growth. The chapel of Nossa Senhora das Dores was built, the new Mother Church had its works continued until the inauguration in 1860 and the hospital Santa Casa de Misericórdia was built on the banks of the Perequê-Açu river. Other spheres had their period of progress: there was more than one school of first letters and a Latin grammar chair that had 27 students in 1832. A courier service between Rio de Janeiro, Ilha Grande and Paraty was established by the imperial government in 1823. The town is elevated to the title of County in 1813, and Dom Miguel Antonio de Noronha Abranches Castelo Branco becomes the first Count of Paraty.

In 1822 Paraty celebrates the Independence of Brazil with an enthusiastic report of the festivities that followed the emancipation in the village, sent to the Empire press for publication. In the same year the Forte Defensor Perpétuo is build. Other fortifications such as the Bexiga Island, Mantimento Island, Iticopê and Serra do Mar are garnished with equipment and personnel.

With restrictions on the slave trade begun in the 1830s and consummated in 1850, the smuggling of Africans through the port of Paraty is intensified. Reports from farmers about robberies and attacks by quilombolas (slaves who escaped to hidden settlements) attest to the resistance of slaves against the lords' oppression in the region. There is a considerable intensification of coffee transportation around the city between 1830 and 1850, and a constant concern with the state of the mountain road, which won a major renovation in 1840.

In 1863, the Emperor D. Pedro II himself passed through the city and recorded his impressions in a diary. However, in 1864, the inauguration of the Pedro II Railroad, connecting Rio de Janeiro and São Paulo through the Paraíba Valley, isolates Paraty from the commercial coffee route. Barracks and batteries suffer from the lack of personnel and equipment. The city falls in frank economic decay and in long and relative isolation, and the population at the beginning of the 20th century was no more than 600 residents.

This picture begins to change in 1950, with the construction of the Paraty-Cunha road. In 1958, the Historic Center of Paraty is registered by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN), and in 1966 the whole municipality is officially preserved. The construction of the Rio-Santos highway in 1973 permanently opens the tourist-cultural potential of the city, which has since become one of the main tourist destinations in Brazil and the world.

6. The Forte Defensor Perpétuo

The founding date of Forte Defensor Perpétuo, or even of a fortification that had preceded it at the site of its construction, is a controversial issue on which doubts still remain. On the one hand, ancient institutional texts and conclusions of 19th century researchers attribute to a Royal Charter of 1703 the order to build a fortification on Morro da Vila Velha. Having been transcribed from the manuscripts of the Biblioteca Nacional by the museum's Technical Sector in 2013, its contents seem to refer to a fortification to be erected at the city's entrance gate that could control the entry and exit of miners and drovers who travelled to and from the mines to avoid the smuggling of gold and precious stones, and not a defensive building on the seafront as the site where the fort is built now.

Recent historians like Adler Homero Fonseca de Castro, accompanied by other older authors as well, sustain that the Forte Defensor Perpétuo was built only in 1822, conceived to head the defensive complex of Paraty over at least six other strategic positions. The name pays homage to D. Pedro I, first Emperor and holder of the title Perpetual Defender of Brazil. Despite the official designation, the construction does not configure technically a fort, but a battery - an open structure on which artillery is mounted.

Morro da Vila Velha (Old Village Hill) was the chosen place for the establishment of the fortification. As the name suggests, the site had previously held the first settlement of colonists in Paraty, in the beginning of 17th

century. The village founder, João Pimenta de Carvalho, had built a chapel paying homage to Saint Roch. After 1636, the settlement was transferred to the plain between rivers Perequê-Açu and Matheus Nunes, with a new chapel, now dedicated to Nossa Senhora dos Remédios (Our Lady of the Remedies).

The establishment of Forte Defensor Perpétuo in 1822 is historically related to the reinforcement of Brazilian defenses, in a scenario of political tensions that culminated with the emancipation of Brazil from Portugal in September 7th 1822. After the Declaration of Independence, the threat of a counter offensive by ships and troops still loyal to the Portuguese crown caused the new independent Empire to project a massive defensive increment all along the Brazilian shore.

Even after the recognition of the independence in 1825, the fortification kept being garnished due to the Cisplatine War against Argentine (1825-1828). After the war, Forte Defensor Perpétuo gradually lost its military relevance.

Despite the attention dedicated to the defense by the Imperial Government in Paraty, there are no documental registries of pirate invasions or maritime conflicts in the city, even though tales of shipwrecks, pirates and apparitions have always been frequent amongst the villagers.

In 1856, the fort was disarmed by the Ministry of War and transferred to the Provincial Government of Rio de Janeiro. According to recent visitors, it was garnished with soldiers during World War II for a few months.

In 1957, the Defensor Perpétuo was declared part of historical heritage by IPHAN (National Institute of Historical and Artistic Heritage) and now works as a museum under the administration of IBRAM (Brazilian Institute of Museums).

7. The traditional communities of Paraty

In the 1970s, with the construction of the Rio-Santos Highway (BR-101), a new stage in the development of Paraty was inaugurated, since the communication previously made exclusively via sea or through forest paths accelerated with the arrival of asphalt and tourism on a growing scale. Caiçaras – a term that refers to ancient inhabitants of the coastal area between the south of the state of Rio de Janeiro and the north of the state of Paraná and their descendants – have become the target of conflicts involving the ownership of lands traditionally occupied by them. During the 1970s and 1980s small farmers and fishermen organized through the Paraty Rural Workers' Union

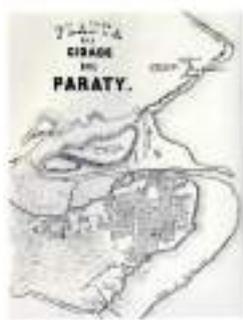
resisted attempts at expropriation by large farms and corporations. Similar processes occurred in the neighboring municipalities of Ubatuba and Angra dos Reis, which together with Paraty constitute one of the largest areas of preserved Atlantic Forest in Brazil. Even today territorial conflicts are present in the region.

As a result of the resistance process of Caiçara communities, Afro-descendant communities of Quilombolas, indigenous villages, traditional fishermen and small farmers communities, the region still has a rich socio-cultural mosaic in which the diversity of cultures is intrinsically related to the preservation of environmental patrimony. The popular groups that historically occupied the rural zone and the coastal region of Paraty struggle to assure the defense of the natural resources on which they depend to survive. These resources include pure water, land for planting and housing, forests with their medicines, fruits and raw materials for construction and for the production of handicrafts, fish and seafood, preserved sites representing its history and identity – recently incorporated into the activity of community-based tourism – and so many other goods indispensable to their way of life. Elsewhere, these same elements remained degraded by unbridled processes of land commodification, urbanization, and modernization. These dynamics threaten the construction of an identity associated with community belonging, displacing practices, discourses and cultural meanings once shared and generating processes of deterritorialization and social invisibilization of the groups and of the families and individuals that compose them.

Public power and society are increasingly inclined to recognize traditional groups and territories, as is the case in Paraty of more than 32 Caiçara communities, of the 5 indigenous villages involving the Guarani Mbya, Guarani Kaiowá and Pataxó ethnic groups and the Quilombola communities of Cabral and Campinho. Their resistance demonstrates that traditional knowledge and the preservation of territory as an environmentally sustainable and socially just living space present themselves as a possible utopia and horizon for overcoming the current civilization crisis.



IMAGENS



Pág.1: Planta da Cidade de Paraty, 1861. Pedro D'Alcantara Bellegarde e Conrad Jacob Niemeyer. Fundação Biblioteca Nacional, Setor de Iconografia e Cartografia.



Pág. 2: Vista da costa de Paraty ao sul da Ilha Grande, 1827. Jean-Baptiste Debret. Companhia Editora Nacional, 1970.



Pág.9: Caboclo, índio civilizado, 1834. Jean-Baptiste Debret. Acervo Museu Castro Maya (Ibram).



Capa: Villa de Paraty, 1838. Ernst Hasenclever. Catálogo do centenário da Casa Hasenclever (1830-1930).



Pág.7: Dança dos Puris, sem data. Alcide D'Orbigny. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1976.



Pág.11: Sesmarias Concedidas entre Paraty e Mambucaba. A planta com as sesmarias doadas na região de Paraty apresenta os nomes dos proprietários e as datas de doação. Fonte: Biblioteca Municipal – Setor de Iconografia e Cartografia



Pág. 13: Rencontre d'indiens avec des Voyageurs Européens [Encontro de índios com viajantes europeus], Johann Moritz Rugendas 1827-1835. Litografia, 21,5 x 28,28 cm.



Pág.15: Carregadores de café, 1826. Jean-Baptiste Debret. Acervo Museu Castro Maya (Ibram).



Pág. 18: Planta do Saco de Paraty, 1877. Antonio Américo Pereira da Silva. Arquivo Histórico do Exército.



Pág. 19: Forte Defensor Perpétuo, 2012. Henrique Carvalho/Ibram.



Pág. 23: Foto de caixas em trindade, 1978. Fausto Pires. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Paraty.



Págs 24 a 35 (fundo): Vista da Ilha Grande, 1827. Jean-Baptiste Debret. Companhia Editora Nacional, 1970.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, J.S.A. Pizarro e (e outros). *Tricentenário de Paraty: notícias históricas*. Rio de Janeiro: Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1960.
- BARRETO, Aníbal. *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2009.
- COTRIM, Cassio R. M. *Villa de Paraty*. São Paulo: Editora Capivara, 2012.
- DIAS, Ondemar. A Fase Paraty: apontamentos sobre uma fase cerâmica neobrasileira. In: *Universitas*, n. 8/9. Salvador: 1971.
- DIAS, Paulo. Tradição e modernidade nas ingomas do Sudeste: Jongo e Candombe. In: LAHNI, Cláudia Regina (org). *Culturas e Diásporas Africanas*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.
- IHGB. Vários documentos sobre Angra dos Reis, Ilha Grande e outros lugares da capitania do Rio de Janeiro. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 271, abril/junho de 1966.
- KNIVET, Anthony. *The admirable adventures and strange fortunes of Master Anthony Knivet, which went with Master Thomas Candish in his second voyage to the south sea*. 1591. In: PURCHAS, Samuel (editor), Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes. Glasgow: James McLehose and Sons, 1906.
- LIMA, Honório. *Notícia Histórica e Geográfica de Angra dos Reis*. Rio de Janeiro: São José, 1974.
- Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina / Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. OTSS - Mapa de comunidades tradicionais. Disponível em: <<http://otss.org.br>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2018.
- PREZIA, Benedito A. G. Os Guaianá de São Paulo: uma contribuição ao debate. In: *Os indígenas do planalto paulista* (tese de doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1998.
- RAMECK, Maria José S. e MELLO, Diuner (orgs). *Roteiro documental do Acervo Público de Paraty*, vols. 1 e 2. Paraty: Câmara Municipal de Paraty, IPHAN, 2003/2014.
- RIBAS, Marcos Caetano. *A História do Caminho do Ouro em Paraty*. Contest, 2003.
- SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. *Diccionario geographico historico e descriptive, do Império do Brasil*. Tomo segundo. Paris: J.P. Aillaud, 1845.
- SANTA MARIA, Agostinho de. *Santuário mariano, e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos pregadores, & dos devotos da mesma Senhora*. Lisboa, 1707. Rio de Janeiro: INEPAC, 2007.
- SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil. RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140. SOUZA, Alfredo Mendonça de. "Pré-história de Paraty". In: *Nheengatu*, Cadernos de Arqueologia Brasileira, ano 1, n. 2, mar/abr 1977.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descriptivo do Brazil em 1587*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

1.285.194 AA
22/02/2010